

LINGUAGEM, PODER E IDEOLOGIA: uma análise crítica discursiva do Escola Sem Partido

Cleverson Ramom Carvalho SILVA¹

Resumo

“Escola sem Partido” é um movimento político surgido em 2003, que em síntese, busca lutar contra a chamada “doutrinação ideológica”, supostamente promovida pelas escolas e universidades brasileiras. Considerando a linguagem como signo ideológico por excelência, este artigo buscou analisar criticamente o discurso veiculado pelo referido projeto, a partir do contexto social e político e do cartaz intitulado “Deveres do professor”. Para alcançar o objetivo, adotamos a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, sustentada teoricamente por autores como Fairclough e Van Dijk. Ao final, os principais resultados apontaram para uma argumentação frágil, contraditória e impraticável, em cujo discurso ecoa a voz conservadora e antidemocrática de uma parcela significativa da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Escola sem partido. Análise Crítica do Discurso. Ideologia. Poder.

¹ Professor no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – IFSudesteMG – Campus Manhuaçu. Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG e Bacharel em Economia e Administração. Membro-pesquisador do Núcleo de Estudos Críticos - Trabalho e Marxologia – NEC-TraMa. E-mail: ramom.carvalho@outlook.com

LANGUAGE, POWER AND IDEOLOGY: a critical discursive analysis of Escola Sem Partido

Cleverson Ramom Carvalho SILVA

Abstract

“Escola sem Partido” is a political movement that emerged in 2003, which, in summary, seeks to fight against the so-called “ideological indoctrination”, supposedly promoted by Brazilian schools and universities. Considering language as an ideological sign par excellence, this article sought to critically analyze the discourse conveyed by the referred project, from the social and political context and from the poster entitled “Duties of the teacher”. To achieve the objective, we adopted the perspective of Critical Discourse Analysis, theoretically supported by authors such as Fairclough and Van Dijk. In the end, the main results pointed to a fragile, contradictory and impractical argument, which in his speech echoes the conservative and anti-democratic voice of a significant portion of Brazilian society.

Keywords: Escola sem partido. Critical Discourse Analysis. Ideology. Power.

Introdução

Escola sem Partido é um movimento surgido em 2003, por iniciativa de Paulo Miguel Nagib, advogado e procurador do estado de São Paulo. O movimento ganhou adeptos até chegar ao Congresso Nacional, no formato de Projeto de Lei nº 867/2015, proposto pelo então Deputado Federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF). No ano seguinte, o Senador Magno Malta fez o mesmo e propôs o Projeto de Lei nº 193/2016, ambos possuem conteúdo quase idêntico.

O tema repercute nacionalmente e ganha espaço na grande mídia, nas redes sociais e na sociedade em geral, seus apoiadores se organizam e se proliferam nas câmaras municipais e estaduais. Em contraposição, seus opositores resistem e organizam palestras, passeatas e manifestações, promovem debates, pressionam seus representantes, produzem notícias, vídeos e artigos. Inúmeras iniciativas são geridas na sociedade com o intuito de denunciar as contradições, incoerências e o partido do Escola sem Partido - ESP.

Em síntese, o ESP é um projeto político, um movimento organizado e gerido por grupos conservadores. A base da sua argumentação se funda na ideia da neutralidade, e por isso, se apresenta como uma proposta apartidária, que se nega enquanto ideológica. A compreensão do ESP pressupõe questionar: a quem interessa o silenciamento de uma parcela dos professores e professoras? Quais são os grupos envolvidos? Quais estratégias são utilizadas na argumentação? Em que contexto ele se dá?

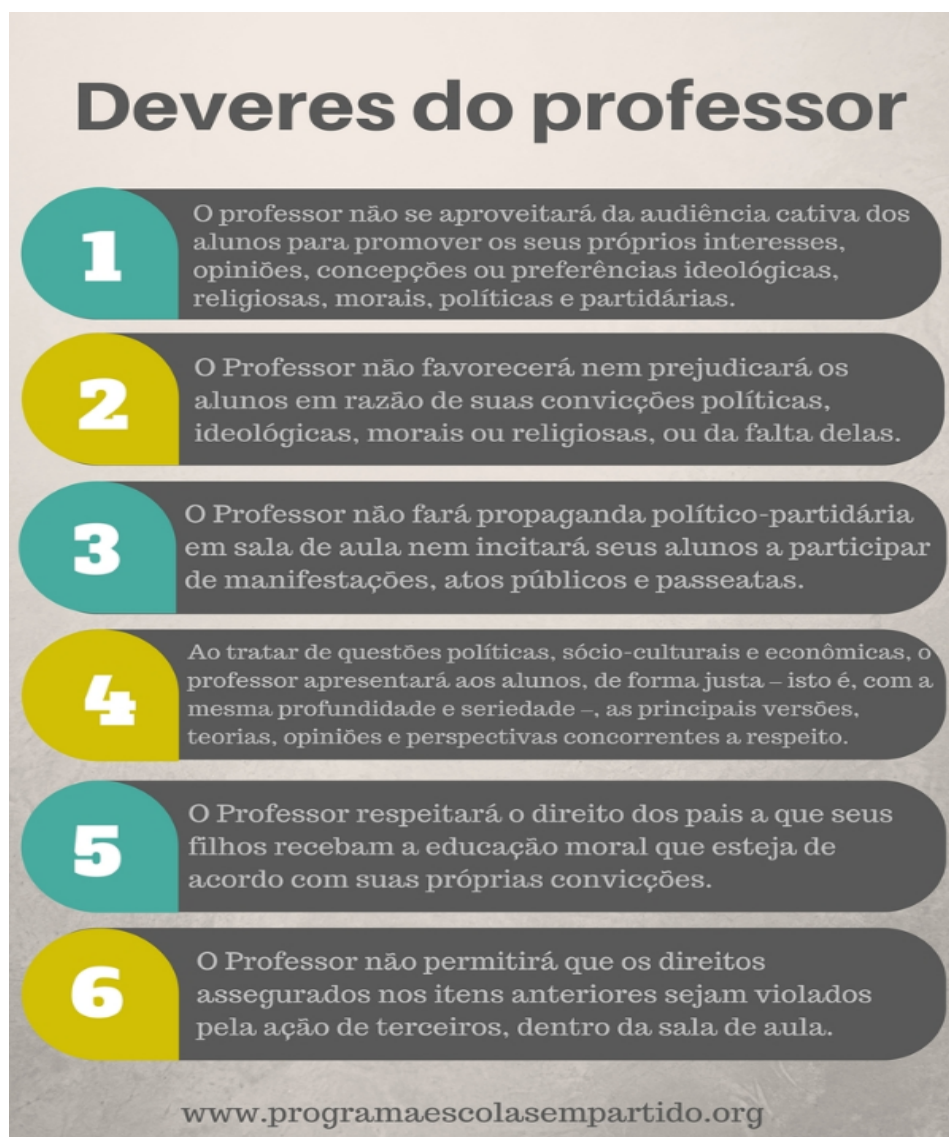
Considerando que o discurso do ESP é composto por proposições implícitas e naturalizadas de caráter ideológico, e que o discurso desempenha um papel protagonista nas relações de poder e dominação, elencou-se como objetivo geral deste artigo: analisar criticamente o discurso veiculado pelo referido projeto, a partir do cartaz intitulado “Deveres do professor”. A perspectiva adotada será a Análise Crítica do Discurso – ACD, sustentada por autores como Fairclough e Van Dijk.

A análise do discurso é uma área amplamente explorada por diversos estudiosos. Uma abordagem mais crítica e sociopolítica para o uso da linguagem, discurso e poder foi inicialmente defendida por um grupo de pesquisadores, dentre eles Roger Fowler, no final da década de 1970 (VAN DIJK, 2008). Caracteriza-se por não se considerar uma linha de pesquisa ou um método e sim uma perspectiva de análise. Seu aspecto mais relevante é o caráter assumidamente tendencioso e comprometido com um lado, pois “não nega, mas assume e defende sua posição social e política. Ou seja, a ACD é tendenciosa – e orgulhosa disso” (VAN DIJK, 2013, p.353).

Partindo das relações entre linguagem, poder e ideologia, e da perspectiva do discurso enquanto produção social de textos, os fundamentos da ESP foram analisados a partir dos dizeres contidos no cartaz intitulado “Deveres do professor”. Para este artigo, considerou-se apenas os projetos que instituem o Programa “Escola Sem Partido” em nível federal. Caso o Projeto de Lei nº 867/2015 seja aprovado, será obrigatória sua afixação em

todas as salas de aula do ensino fundamental e médio. Conforme figura 1, o referido cartaz contém 6 regras direcionadas ao público docente.

Figura 1 - Cartaz “Deveres do professor” – Anexo I do PL nº 867/2015



Fonte: <https://www.programaescolasempartido.org/>

Este cartaz é a reprodução fiel do anexo contido no referido PL, e caso ele venha a ser aprovado, essas serão as regras a serem seguidas pelos professores, sob pena de responsabilizações legais em caso de descumprimento. Considerando que o discurso é produzido e só pode ser entendido em função do seu contexto social e político, a discussão se inicia com o exame desse contexto, para, posteriormente, compreender o conteúdo do referido cartaz à luz da Análise Crítica do Discurso.

Contextualização do “Escola Sem Partido”

O ESP se define como um programa que defende o direito dos alunos, uma proposta de lei que busca coibir os “abusos da doutrinação política e ideológica” promovida por instituições de ensino, mais especificamente, pelo professor. O projeto objetiva incluir o “Programa Escola sem Partido” nas diretrizes e bases da educação nacional, o que o tornaria obrigatório nas escolas de todo o País.

O discurso do ESP emerge de um contexto. Segundo Brandão (2002) “a matéria linguística é apenas parte do enunciado, existe também uma outra parte, não-verbal, que corresponde ao *contexto da enunciação*” (p.9) (grifo nosso).

Diante do exposto, buscou-se compreender criticamente qual o contexto do ESP e o que se pode extrair desse contexto. Para dar início a discussão, abordou-se, em linhas gerais, como o contexto é concebido para a Análise Crítica do Discurso – ACD.

A categoria contexto é essencial na perspectiva adotada por Van Dijk. Ao privilegiar as dimensões linguística, sociolinguística e cognitivas do contexto, Van Dijk (2008) busca mostrar como os ambientes situacionais podem influenciar o discurso por meio de modelos mentais.

Contexto é normalmente associado a uma espécie de pano de fundo, circunstâncias ou situações quase sem significados. Segundo o dicionário Michaelis, uma das definições para contexto é “Conjunto de circunstâncias inter-relacionadas de cuja tessitura se depreende determinado fato ou situação; circunstância(s), conjuntura, situação”. O termo contexto é comumente utilizado para designar algum fenômeno, evento, ação ou discurso que precisa ser visto ou estudado em relação ao seu ambiente. Segundo Van Dijk (2008), a concepção hegemônica de contexto indica uma relação entre um fenômeno de estudo e algo mais de forma vaga, como nos casos de “contexto de crise” ou “contexto de mudança”.

E qual a importância do contexto para a Análise Crítica do Discurso? Partindo do pressuposto que a linguagem e o uso da linguagem são fenômenos sociais e precisam ser analisados em seus contextos sociais e culturais, Van Dijk (2008) defende uma teoria integrada da noção de contexto na área das humanidades e ciências sociais. Para o autor, não é possível entender fenômenos complexos sem compreender o seu contexto.

Para Van Dijk (2008), contexto não deve ser confundido com situação e pode ser definido como experiências corporificadas que envolve percepções, conhecimentos, perspectivas, opiniões e emoções sobre a situação comunicativa em curso. São construções participantes, definições subjetivas de situações de interação e comunicação.

Segundo o site www.escolasempartido.org (acessado em 08 dezembro de 2018) o referido programa é uma “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.”

O Projeto de Lei nº 867/2015 possui 9 artigos e um anexo que versam contra a suposta “doutrinação ideológica” dos sistemas de ensino, ele encontra-se parado na Câmara dos Deputados desde 05/10/2016. Em linhas gerais, o PL estabelece princípios para a educação nacional, veda o que eles chamam de “doutrinação ideológica”, há grande ênfase no papel disciplinador da família e dos pais perante à escola, prevê a fixação do cartaz analisado neste artigo e a criação de canais de comunicação para denunciar os “doutrinadores” que “desrespeitam” o direito dos alunos. O último artigo prevê a aplicação da lei, no que couber, aos livros didáticos, avaliações para ingresso no ensino superior, provas de concurso para ingresso na carreira docente e instituições de ensino superior. Ou seja, o projeto não se limita à fiscalização dentro da sala de aula, ele representa um ataque direto ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, à autonomia docente e das Universidades, aos livros e concursos públicos.

Porém, ele não é o único, segundo levantamento realizado pelo grupo Professores Contra o Escola Sem Partido e publicado pela revista Nova Escola em abril de 2018, são 147 projetos de lei em todo o país, dos quais apenas 18 estão em vigor, 26 foram rejeitados e 103 estão em tramitação. Dos 18 em vigor, 7 deles versam sobre o ESP e 11 contra conteúdos relacionados à questão de identidade de gênero nas escolas. As informações foram resumidas no infográfico realizado pela revista (FIG. 2).

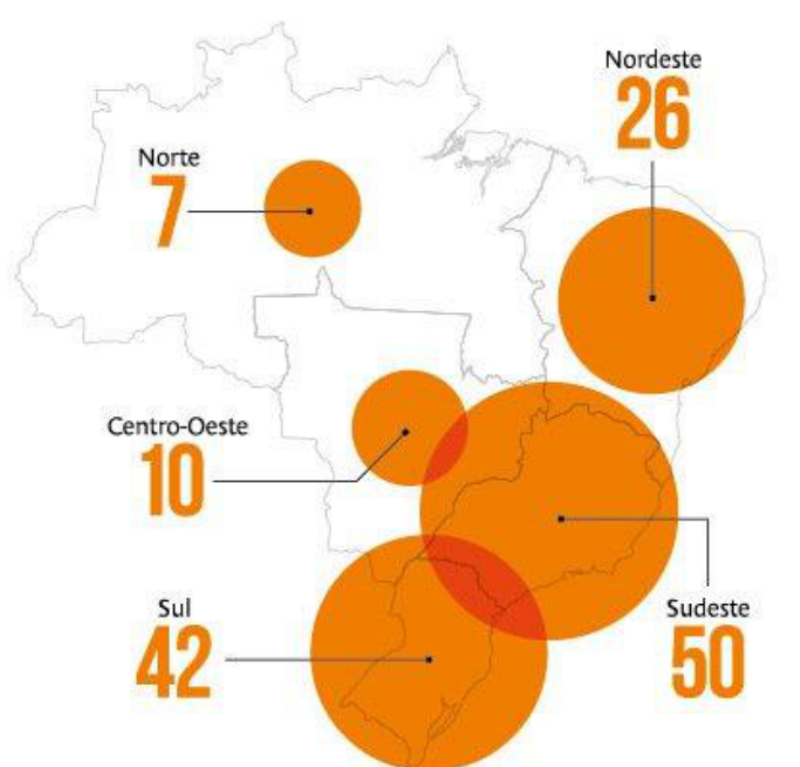
Figura 2: Número de projetos de lei em todo o País - ESP e semelhantes - Abril de 2018



Fonte: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece>

A reportagem ainda demonstra que a maioria dos projetos aprovados no Brasil se concentram nas regiões Sul e Sudeste, conforme figura 3.

Figura 3: PL do ESP e semelhantes por região - Abril de 2018

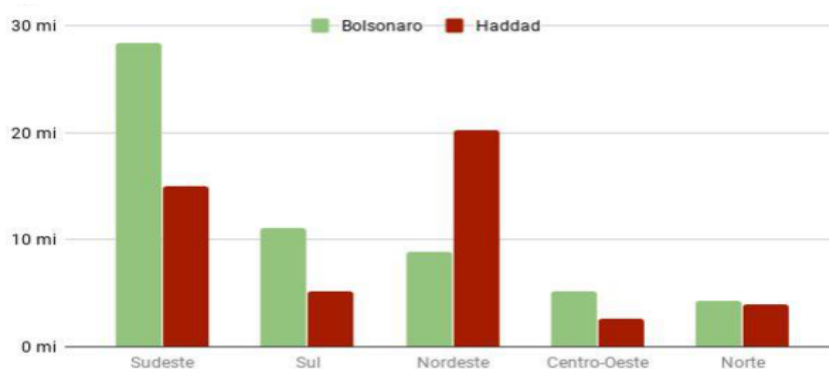


Fonte: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece>

O levantamento também aponta que os estados com maior número de projetos aprovados e em tramitação é o Paraná, seguido por São Paulo e Rio de Janeiro.

Comparando esses dados com as eleições de 2018, podemos perceber que as regiões onde o candidato conservador Jair Bolsonaro teve ampla maioria, são também aquelas que se manifestam à favor do ESP. Tal correlação pode ser explicada pela identificação dos eleitores e eleitoras com as propostas do referido candidato.

Figura 4 - Número de votos por região - 2º Turno - Eleições 2018



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45997474>

O plano de governo do candidato eleito Jair Bolsonaro destaca o compromisso com o ESP. Seu plano destaca em caixa alta, de vermelho, a defesa por uma escola “sem doutrinação e sexualização precoce”. Além de se posicionar contra a suposta “doutrinação” a proposta também se manifesta contrária à abordagem de questões de gênero nas escolas.

Figura 5: Trecho do Plano de Governo – Jair Bolsonaro – Eleições 2018

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, **SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE**. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico.

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>

O compromisso da família Bolsonaro com o ESP não é recente, o primeiro dos projetos do ESP foi proposto em 2014, pelo então Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro. Projeto semelhante também foi apresentado pelo seu irmão, o Vereador Carlos Bolsonaro, em 2014 (MOURA, 2016).

Apesar de não ser o objeto específico deste artigo, em abril de 2018, os sites mantidos pelo ESP foram acessados e analisados. O primeiro é o www.programaescolasempartido.org e o segundo é o www.escolasempartido.org. O primeiro site trata de questões “contra a doutrinação nas escolas”, e disponibiliza materiais para campanha, aborda questões jurídicas e fornece modelos de anteprojetos de lei a serem propostos nas Câmaras Municipais e Estaduais. O segundo site possui muito mais conteúdo, são artigos, depoimentos, vídeos, reportagens, modelos de petição inicial e inúmeros outros textos com o objetivo de persuadir e ganhar mais adeptos. A tentativa é desvincular o movimento ESP de anteprojetos de lei sobre o ESP, entretanto, não é possível desvinculá-los, uma vez que defendem as mesmas ideias e concepções. Esta é mais uma tentativa de descaracterizá-lo enquanto um movimento ideológico, político e interessado. Uma vez que, o primeiro site apresenta o ESP como um projeto de lei, o conteúdo é mais resumido e há o uso constante de termos jurídicos, afirmando que os professores ferem direitos e princípios constitucionais.

Se o “Escola Sem Partido” defende uma educação supostamente neutra e desinteressada é porque acreditam que os atuais sistemas de ensino possuem partidos e interesses. Porém, que partido é esse? Quais concepções são concorrentes? Na página inicial do site (<https://www.programaescolasempartido.org>) do ESP, acessado em 08 de dezembro de 2018, que se diz apartidário, existe a seguinte mensagem “entenda por que o PT e o sindicato dos professores são contra a proposta”. Fazendo uma referência direta ao Partido dos Trabalhadores e aos Sindicatos de uma classe bem específica, os professores.

Não é muito difícil identificar o partido do ESP, uma vez que toda a argumentação, sites, imagens, depoimentos, entrevistas, charges, enfim, todo o material midiático possui um alvo muito claro, professores, partidos de esquerda, entidades como Sindicatos e Universidades e pensadores consagrados pela academia como Paulo Freire, Gramsci e principalmente Karl Marx.

Na página inicial do site do ESP há uma citação não referenciada de Max Weber, na qual o autor supostamente vai ao encontro das ideias do projeto

Em uma sala de aula, a palavra é do professor, e os estudantes estão condenados ao silêncio. Impõem as circunstâncias que os alunos sejam obrigados a seguir os cursos de um professor, tendo em vista a futura carreira; e que ninguém dos presentes a uma sala de aula possa criticar o mestre. É imperdoável a um professor valer-se dessa situação para buscar incutir em seus discípulos as suas próprias concepções políticas, em vez de lhes ser útil, como é de seu dever, através da transmissão de conhecimento e de experiência científica.

O trecho é retirado de um livro de 1917 onde Weber busca estabelecer a sociologia como ciência. O trecho é totalmente retirado do seu contexto político e histórico, segundo Quintiliano (2016, p.90) “a educação alemã do século 19 era imbuída de protestantismo extremo e dominada por uma visão do mundo em que o valor máximo para os cidadãos era a obediência, sem espírito crítico” Nesse contexto, a escola era um mecanismo de dominação cultural do partido nazista, servindo a proliferação de ideias racistas e antisemitas. Por esse motivo, Weber “busca estabelecer a sociologia como ciência, para que ela não possa ser o instrumento de opiniões insensatas.” A citação descontextualizada de Max Weber contida no referido site nada mais é que uma tentativa de dar cunho racional e científico para o ESP.

No site também há críticas a Paulo Freire, categorizado como um dos “autores da doutrinação”. Ao contrário disso, Paulo Freire defende uma educação na qual o aluno é estimulado a questionar, desconfiar, perguntar, criticar, se tornar um ser sujeito pensante, alguém que compreende a neutralidade como uma grande farsa. Este aluno não será doutrinado, nem por A nem por B, uma vez que o modelo de educação defendida por Freire parte de uma concepção totalmente oposta à doutrinação e à visão de aluno como um sujeito passivo e acrítico.

Ao analisar o contexto do ESP, percebe-se o quanto ele é atravessado pelo discurso conservador, e dialoga com setores antidemocráticos da sociedade. Ele representa uma ameaça que vai muito além da dimensão político-partidária. Segundo Moura (2016, p.28) a

questão é muito mais ampla, “relacionando-se fundamentalmente com uma disputa em torno de modelos de sociedade, podendo-se pensar em termos de disputa entre uma sociedade mais progressista e uma sociedade mais conservadora.”

Linguagem, poder e ideologia: uma análise crítica discursiva do Escola Sem Partido.

O ser humano é um ser de linguagem, é por meio dela que o indivíduo cria uma rede de significações que moldam e reforçam uma determinada versão da realidade. Nesse sentido, a linguagem é entendida como uma tecnologia de representações que ativamente organizam, constroem e sustentam a realidade social (CHIA; KING, 2001).

A linguagem é compreendida como um signo dialético, vivo e dinâmico, e o discurso como a produção social de textos (BRANDÃO, 2002). Na perspectiva adotada, o discurso é uma prática política que cria, sustenta e muda as relações de poder (CHILTON; SCHAFFNER, 1997).

Na concepção adotada neste artigo, o poder se manifesta discursivamente e pode ser definido como a “possibilidade que os indivíduos, ou instituições que representam, têm de fazer uso de algum tipo de recurso para agir em determinado contexto social” (MELO, 2011, p. 6).

Segundo Fairclough (1995), o poder se manifesta na possibilidade de moldar as ordens do discurso, as ordens práticas dominantes. Neste sentido, a linguagem é o *locus* privilegiado de manifestação da ideologia, um modo de produção social, lugar de conflito (BRANDÃO, 2002).

Diante do exposto, linguagem, poder e ideologia se materializam na produção social de discursos, tais como o ESP. A adoção da perspectiva da Análise Crítica do Discurso-ACD se justifica pois ela concebe a “linguagem como um espaço de luta irregular de poder, ressaltando o papel da cobiça constante por hegemonia” (MELO, 2011, p. 6).

O termo ideologia é muito recorrente no discurso do ESP, segundo eles, ideologia possui um aspecto negativo, algo de que o professor se utiliza para manipular o aluno, e que portanto, deve ser expurgada da sala de aula. É recorrente termos como “ideologia de gênero” ou “ideologia comunista”.

Por outro lado, compreendemos ideologia como um

[...]sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (CHAUI², 1980 *apud* BRANDÃO, 2002, p.21).

Um dos principais pensadores criticados pelo ESP é Karl Marx, que compreende a ideologia como um sistema justificador dos mecanismos de dominação. A perspectiva marxista compreende que as classes dominantes produzem ideias que eliminam

² CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

contradições, que negam o conflito, a fim de permanecerem como dominantes (BRANDÃO, 2002).

Já Althusser compreende que o Estado pode exercer seu poder por meios diretos, via mecanismos de coerção e repressão chancelados pela sociedade, tais como o sistema judiciário e a segurança pública; ou por meio indiretos, de forma sutil via Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE, onde a dominação se dá no campo do simbólico, da ideologia (BRANDÃO, 2002).

Tanto Marx quanto Althusser reconhecem que toda produção de conhecimento é por si só ideológica, e não negam o caráter reprodutor das instituições de ensino, a possibilidade de serem usadas para fins escusos, alertando inclusive para o papel da escola como mantenedora das relações de poder e dominação. Por isso, ela é um campo de disputa onde discursos como o ESP clamam pelo direito de impor regras e mordças.

Melo (2011) compreende que a ideologia

[...] é constituída por formas de ver o mundo, contribuindo para manter ou mudar os sistemas de poder e dominação, estes organizados institucionalmente e de modo hierárquico, já que alguns membros de grupos e de organizações dominantes assumem um papel especial no planejamento, na tomada de decisões e no controle das relações e processos da ativação do poder (MELO, 2011, p. 6).

A consequência da ideologia incorporada ao discurso é a sua naturalização. A naturalização alcança seu ponto máximo quando alguma ideia ou raciocínio recebe o aval de grande parcela dos membros da comunidade, e subsume seu caráter ideológico. Ou seja, linguagem, poder e ideologia se inter-relacionam e demonstram seus aspectos mais sutis quando se fazem presentes sem revelar suas reais intenções. É o que Fairclough (1995) denomina como “efeito autônomo” e “naturalização”, o indivíduo não se percebe enquanto produzido por determinada ideologia, mas como alguém livre e responsável por suas ações. Esse aspecto destaca os esforços da ideologia para cobrir seus próprios rastros.

Para “desnaturalizar” é preciso uma análise crítica do discurso, desvendando como as estruturas sociais determinam o discurso, e como o discurso determina as estruturas sociais. Além disso, um discurso ideológico dominante nunca é dado. Por estar constantemente em risco, a luta entre forças no interior da instituição pode contribuir para o seu fortalecimento, naturalizando-o, tornando-o mais opaco, ou, por outro lado, pode minar as forças que o constituem.

Discursos marcadamente institucionalizados, tais como o político, o religioso e o da propaganda, são intencionalmente ideológicos. Tais discursos retratam visões de mundo, se caracterizam pela omissão, atenuação de dados, manipulação e por realizar um recorte da realidade. Sendo assim, a ideologia não trabalha apenas no campo do simbólico, ela possui existência material, se materializa em atos concretos no interior dos aparelhos ideológicos, tais como o Estado e suas Leis (BRANDÃO, 2002).

Segundo Fairclough (1995) a ideologia está presente principalmente no “não-dito”, nas entrelinhas propositalmente silenciadas. Da mesma maneira, Brandão (2002)

compreende que discurso ideológico possui uma “manobra camufladora” caracterizado por “lacunas” e “silêncios” que preservam sua coerência.

Nesse sentido, buscou-se analisar criticamente o discurso do ESP a fim de compreender quais são as lacunas, contradições e interesses por trás da suposta neutralidade e defesa de “direitos” do aluno.

Os Pilares da argumentação do ESP foram resumidos no Quadro 1 e podem ser caracterizados por 4 tentativas:

- Manter uma aparência neutra, combatendo assim seus opostos: interesses individuais, opiniões, concepções e qualquer tipo de manifestação ideológica, moral, política e partidária.
- Acusar o professor de Ciências Humanas e Sociais como sendo o principal protagonista da doutrinação em sala de aula.
- Conceber o aluno como alguém vulnerável à manipulação docente.
- Considerar que a família deve ser respeitada no seu direito de definir a educação moral dos seus filhos.

Quadro 1 – Quadro resumo do texto analisado “Deveres do professor”

Trecho	Ideia principal	Atores
“O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos (...)”	A neutralidade como um remédio contra a contaminação ideológica.	Escola Neutra
“(…) o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade (...)”		
“O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos (...)”	O estudante é uma folha em branco à disposição do docente	Estudantes acrílicos
“O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.”		
“O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções	A família como definidora da educação moral	Família
“Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, (...)”	O professor de humanas e sociais como doutrinadores.	Professores
“O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.”		

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

A neutralidade como a maior das ideologias: o partido do Escola sem Partido

Um dos pilares do discurso da ESP é a suposta neutralidade, o próprio nome do movimento destaca esse aspecto. Segundo o Projeto de Lei nº 867/2015, em seu artigo 2º, parágrafo I, a educação atenderá aos seguintes princípios: “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”. No texto analisado, podemos identificar o reforço da ideia de neutralidade nos trechos selecionados:

- a) “O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos (...)”
- b) “Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.”

A tentativa de se afirmar neutro é o mesmo que negar-se ideológico. Porém, a suposta neutralidade é a maior das ideologias. A neutralidade é por si só ideológica, e seu papel principal é se negar enquanto ideológico.

A análise crítica do discurso, proposta por Fairclough (1995), dá ênfase às relações de poder e às variáveis sociais envolvidas. Compreende que o discurso é composto por questões naturalizadas de caráter ideológico, que de forma implícita, produzem e reproduzem relações sociais de dominação.

Conforme demonstrado na contextualização do ESP, ele ecoa na voz de grupos conservadores e está na plataforma de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro, os rápidos perfis dos Senador Magno Malta e do Deputado Federal Izalci Lucas Ferreira demonstram o compromisso dos parlamentares com grupos reacionários e de extrema direita.

Para compreender as relações entre linguagem, poder e ideologia, Fairclough (1995) desenvolve o conceito de “Formações Ideológicas Discursivas - FID”, e o define como normas específicas de discurso que moldam o sujeito dentro de um grupo. Uma FID se torna dominante quando ela é capaz de se “naturalizar”, de ganhar a aceitação como não-ideológica, como senso comum que passa despercebido. “Naturalization gives to particular ideological representations the status of common sense, and thereby makes them opaque, i.e. no longer visible as ideologies” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 38).

Por meio de Projetos de Lei, vídeos, sites e divulgação nas mídias sociais, o ESP busca alcançar ampla aceitação e insiste no discurso da neutralidade desinteressada e apartidária. Seu objetivo é se tornar “opaco” e “naturalizado” aos olhos da sociedade. Para Fairclough (1995), opacidade é compreendida como um processo onde os efeitos e determinações das interações verbais não são evidentes. Opacidade e naturalização como faces da mesma moeda.

A dicotomia criada no discurso do ESP coloca o professor “doutrinador” de um lado e os alunos e suas famílias do outro. O ESP seria o grande libertador do “abuso” promovido por esses seres dotados de grande influência.

Segundo o ESP o professor é um sujeito que ocupa uma posição dominadora, e se aproveita dessa posição para manipular os alunos, ou seja, ele é um indivíduo que usa do seu “poder” para aliciar estudantes, para “se aproveitar” do aluno. O texto analisado diz que

a) “O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos (...)”

b) “O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.”

Uma instituição de ensino é formada por professores, alunos, técnicos administrativos e demais membros da comunidade acadêmica. O principal alvo do projeto é o professor, o administrativo não é citado e o aluno é tido como vulnerável, como uma “audiência cativa”.

Por que o professor é uma ameaça? O que ele representa para o movimento conservador? São todos os professores que são o alvo do projeto? O discurso religioso se baseia na fé, e fé não tem e não se propõe a buscar bases científicas, ela é por si mesmo. O mesmo vale para o senso comum, que se prolifera e se forma nas experiências cotidianas, sem qualquer compromisso com métodos ou rigores científicos. O discurso que se contrapõe ao senso comum e a fé é o discurso científico, e no caso analisado, o discurso das ciências humanas e sociais. Por isso, por serem representantes do discurso científico que desqualifica e denuncia pensamentos dominadores e autoritários como esse, alguns professores são uma ameaça a candidaturas e projetos conservadores e retrógrados como o ESP.

O ESP é mais uma das pautas anti-intelectualistas promovidas por movimentos conservadores, que buscam desqualificar e deslegitimar o conhecimento produzidos pelas Universidades e Escolas. O principal objetivo é questionar o papel do professor como o detentor do conhecimento, delegando a ele um papel de mero reproduzidor dos conhecimentos recebidos, um “dador de aula” que repete de forma neutra conceitos, fórmulas e teorias.

O item 4 do texto analisado cita quais áreas são o alvo do projeto “Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, (...)”. As ciências exatas e tecnológicas não são citadas no projeto, o alvo é as ciências humanas e sociais, a grande “ameaça” são professores de histórias, sociologia, geografia, ou qualquer outro que vier a tratar de questões voltadas para a compreensão crítica da sociedade. Tal pensamento deriva da ideia de que as ciências exatas e análises quantitativas são neutras, números e fórmulas falam por si, sem espaço para opiniões e subjetividades humanas. Como suporte para esse pensamento, a racionalidade se manifesta através de metas, objetivos, modelos matemáticos e estatísticos. Por outro lado, análises qualitativas são acusadas de se deixarem “contaminar” pelo relativismo e pelo caráter ideológico.

No texto analisado se diz que o “O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos (...)”. Tal fragmento denota a crença do aluno como um sujeito acrítico, uma folha em branco à disposição do docente. Esse discurso incorre em duas incoerências,

acreditar que o aluno é completamente influenciável e que a Escola é o *locus* único da formação do indivíduo.

Cada aluno é um sujeito único, com suas próprias histórias, cultura e crenças. É inegável que existe uma assimetria entre alunos e professores, pois ocupam posições distintas no contexto escolar, o que não significa que os alunos são sujeitos passivos às ideias e concepções do corpo docente, alguém desprovido de ideias inatas. Tal concepção confunde educação com formação. Formação pode ser entendida como um processo amplo, complexo e abrangente, nessa perspectiva, assim como a Escola, a Igreja, o Estado, e todo o convívio em sociedade formam o indivíduo. Diferentemente, a educação é tida como um processo formal e integrado aos sistemas de ensino, contextualizado com a realidade brasileira.

O papel da escola seria transmitir as diversas visões de mundo, de forma crítica e investigativa, um espaço de reflexão, perguntas, questionamentos e divulgação do conhecimento. Diferente disso é impor mecanismos de controle, censura e denúncia, transformando o espaço escolar em um tribunal de investigação “ideológica”, onde professores seriam perseguidos caso se manifestem em favor do partido A ou B. Como ensinar sobre a história do povo negro sem se posicionar contra o racismo? Ou falar da conquista dos direitos das mulheres sem ressaltar a importância do movimento feminista?

O tópico 5 do texto analisado diz “O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

Primeiramente, colocar isso em prática seria um caos. É impraticável oferecer uma educação moral para cada família brasileira, de forma personalizada e alinhada aos princípios de milhares de famílias. Além disso, as famílias podem ter uma educação moral voltada para o racismo, machismo e homofobia, cabe à escola contestar ideias como essas e educar seus alunos com perspectivas a uma sociedade inclusiva e mais humana.

Discursivamente analisando, há uma conexão com a ideia conservadora da família como o grande balizador moral e ético da sociedade. Além disso, o termo “direito dos pais” é usado como forma de denúncia e reforça a ideia de que o atual sistema viola o direito das famílias. Ademais, o uso de termos jurídicos busca uma legitimação legal para o discurso.

Considerações finais

A argumentação do ESP foca em 4 atores principais, o professor, o aluno, a escola e a família. Ela propõe um modelo de escola neutra onde a família é a grande referência formativa, alunos são seres vulneráveis e o professor “se aproveita” dessa fraqueza e do arranjo institucional para manipulá-los.

Ao analisar o contexto percebemos o quanto ele é compromissado com movimentos conservadores e antidemocráticos. Seu principal alvo são instituições formativas, as instituições de ensino. Seu objetivo não é defender o aluno de supostos “doutrinadores”,

mas ter a liberdade de promover uma corrente ideológica baseada na censura e no pensamento único.

A neutralidade é certamente a maior falácia do ESP. Ainda mais audacioso é se negar enquanto ideológico um Projeto de Lei proposto por parlamentares conservadores. O simples fato de ser um Projeto de Lei, já denuncia sua total contradição, já o caracteriza como ideológico, partidário e interessado.

Permitir que projetos como o ESP ganhem força é permitir que a Educação ganhe uma mordada, é permitir que a autonomia docente seja subjugada a interesses conservadores e retrógrados. Por isso, é importante organizar a resistência e denunciar as incoerências de projetos como esse.

Como sugestão para trabalho posteriores, seria interessante pesquisar, à luz dos Estudos Organizacionais, como movimentos tais como o “Professores Contra o Escola Sem Partido” se constituem enquanto organização política, ou seja, como coordenam sua resistência contra ataques como esse, quais são as estratégias adotadas e quais são seus elementos discursivos, dentre outros aspectos relevantes.

Referências

BBC NEWS BRASIL. Bolsonaro presidente: Sudeste e Sul têm peso decisivo na eleição ao darem 6,5 milhões de votos a menos ao PT. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45997474>> Acesso em: 8 dez 2018.

BRANDÃO, H. H. N. Introdução. In: BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8. Ed. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 9-12.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 867, 2015*.

_____. *Projeto de Lei nº 193, 2016*.

_____. *Proposta dos candidatos*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>> Acesso em: 8 dez 2018.

_____. *Tramitação Projetos de Lei*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>> Acesso em: 8 dez 2018.

_____. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 867 de 23 de março de 2015*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>> Acesso em: 08 dez 2018.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. *Plano de governo Jair Bolsonaro*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>> Acesso em: 08 dez 2018.

CHIA, R.; KING, I. The language of organization theory. In: WESTWOOD, R.; LINSTEAD, S. (Ed.). *The language of organization*. London: Sage, 2001. p. 1-19.

CHILTON, P.; SCHAFFNER, C. Discourse and politics. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). *Discourse as social interaction*. London: Sage, 1997. p. 206-230.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <www.escolasempartido.org> Acesso em: 8 dez 2018.

FAIRCLOUGH, N. Language, ideology and power. In: FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. Edinburgh: Pearson, 1995. p. 21-84.

FAIRCLOUGH, N. Teoria social do discurso. In: FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001. P. 89-131 (a).

MELO, I. F. Análise crítica do discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 1335-1346, set./dez. 2011.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=EPGG>>. Acesso em: 23 nov 2018

MOURA, Fernanda Pereira de. “*ESCOLA SEM PARTIDO*”: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 2016. 188f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ensino de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>> Acesso em: 8 dez 2018.

QUINTILIANO, Aimberê Guilherme. A educação como condição e prática da democracia. *Revista Transversos. Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos*. Rio de Janeiro, nº. 08, pp. 86-98, ano 03. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.26533.

VAN DIJK, T. A. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo ao favor da diversidade. *Linha d'Água*, São Paulo, n 26, n. 2, p. 351-381, 2013.

VAN DIJK, T. A. Towards a theory of context. In: VAN DIJK, T. A. *Discourse context: a sociocognitive approach*. New York: Cambridge University Press, 2008. p. 154-212.

Recebido em: 14/04/2020

Aprovado em: 16/06/2020